



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA DO RIO PARAÓPEBA
Ata da 95ª reunião, realizada em 19 de abril de 2016

1 Em 19 de abril de 2016, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional
2 Colegiada do Rio Paraopeba (URC Paraopeba) do Conselho Estadual de
3 Política Ambiental (COPAM), em Belo Horizonte, Minas Gerais. Participaram
4 os seguintes membros titulares e suplentes: o presidente André Luis Ruas,
5 representante da SEMAD. Representantes do poder público: Ênio Resende de
6 Souza, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
7 (Seapa); Sônia Maria Costa Greco, da Secretaria de Estado de
8 Desenvolvimento Econômico (Sede); Ronan Andrade Nogueira, da Secretaria
9 de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão
10 Metropolitana (Sedru); Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas
11 Gerais (PMMG); Mauro da Fonseca Ellovitch, da Procuradoria-Geral de
12 Justiça (PGJ); Ubaldina Maria da Costa Isaac, do Instituto Brasileiro do Meio
13 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Ana Lúcia Guará
14 Bezerra, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Licínio
15 Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM); Márcio
16 Alvarenga Miranda, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba (CBH
17 Paraopeba). Representantes da sociedade civil: Carlos Alberto Santos
18 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
19 (Faemg); Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos
20 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas (Fetaemg); Marco Aurélio
21 Moreira, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado
22 de Minas Gerais (Federaminas); Francisco de Assis Lafetá Couto, do
23 Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Alírio
24 Ferreira Mendes Junior, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de
25 Minas Gerais (Crea-MG); Marco Antônio da Silva, da Associação Regional de
26 Proteção Ambiental do Alto Paraopeba e Vale do Piranga (Arpa); Geraldo
27 Antunes da Conceição, do Instituto Ekos; Cíntia Garabini Lages, da Pontifícia
28 Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Antônio Sérgio dos
29 Santos Vieira, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de
30 Brumadinho (Codema) – representantes da sociedade civil. **Assuntos em**
31 **pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o
32 Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente André Luis Ruas
33 declarou aberta a 95ª reunião da Unidade Regional Colegiada do Rio
34 Paraopeba. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**
35 **GERAIS.** Presidente André Luis Ruas: “Eu gostaria de dar boas-vindas aos
36 dois novos conselheiros que estão tomando posse na URC Rio Paraopeba:
37 doutor Eduardo Nascimento, representante da Fetaemg, e doutor Alírio

38 Ferreira Mendes Junior, representante do Crea. Desejo boas-vindas aos
39 senhores conselheiros e bom trabalho.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol
40 Xavier: “Sobre a mesa dos senhores conselheiros, eu deixei uma revista,
41 edição bimestral da Associação Mineira de Municípios. Dentro da
42 possibilidade, após o Conselho, eu submeteria aos senhores a necessidade
43 de ler as páginas 20 e 23. Na página 20, consta uma reunião que nós fizemos
44 no mês passado envolvendo técnicos de meio ambiente das prefeituras
45 conveniadas com a SEMAD: Brumadinho, Belo Horizonte, Juiz de Fora,
46 Uberaba, Betim e Contagem. Foi um treinamento bem proveitoso, visando
47 alinhamento de procedimentos nesses municípios. Nos dias 3, 4 e 5 de maio,
48 nós vamos ter no Expominas o 33º Congresso Mineiro de Municípios e o 3º
49 Encontro Estadual de Secretários Municipais de Meio Ambiente e Órgãos de
50 Agropecuária e Agricultura. É um encontro inédito no Brasil, segundo a
51 Anama, a Associação Nacional de Meio Ambiente. Dentro da programação
52 dos dias 3, 4 e 5, nós disponibilizamos 150 vagas para cada sala, e com dez
53 dias de circulação dessas pautas elas foram preenchidas. Então isso me
54 alegra muito, por demonstrar o interesse público em relação aos temas lá
55 colocados.” Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Como esta é,
56 provavelmente, uma das nossas últimas URCs do COPAM com alguma
57 relevância, eu não vou poder deixar de mencionar. Os senhores devem ter
58 visto no ‘Diário Oficial, saiu a composição das Câmaras Temáticas. E,
59 conforme já vinha sendo anunciado há muito tempo, foi feita a retirada do
60 Ministério Público da discussão dos empreendimentos classes 5 e 6. É uma
61 reestruturação feita pelo Estado que já vinha sendo anunciada desde o debate
62 do Projeto de Lei da Reestruturação do Sisema. Eu já tive a oportunidade de
63 questionar a quem interessa, realmente, a retirada do Ministério Público,
64 enquanto fiscal da lei, do controle administrativo de procedimentos
65 ambientais. Chama, no mínimo, a atenção, no momento de ocorrência do
66 mais grave dano ambiental, do mais grave desastre ambiental acontecido no
67 Brasil, retirar uma das instituições que, com todas as críticas que podem ser
68 feitas, era uma das mais atuantes no Conselho e que, concordando ou
69 discordando, pelo menos fomentava uma discussão democrática. Mas esse
70 foi o posicionamento do Estado, capitaneado, sabe-se lá por quem ou por qual
71 interesse, mas eu queria deixar para os senhores a tranquilidade de que a
72 perda da função de deliberação administrativa preventiva não vai implicar em
73 redução da atuação do Ministério Público. Muito pelo contrário, assim como o
74 Sisema se reestruturou para retirar o Ministério Público, o Ministério Público
75 está se reestruturando para continuar fiscalizando e atuando em relação aos
76 procedimentos de licenciamento ambiental. Se durante muito tempo nós
77 focamos a nossa atuação numa atuação preventiva, numa discussão
78 administrativa, em privilegiar as soluções consensuais e buscar termos de
79 consensos prévios, e o Estado entendeu por bem nos alijar dessa ferramenta,
80 nós vamos voltar ao que era nossa atuação precípua. O nosso foco vai ser

81 agora muito mais voltado para o ajuizamento de ações, e por um lado vai ser
82 bom porque vai nos dar mais tempo e estrutura para focar a atuação penal e a
83 de improbidade administrativa, que até por questão de limitação material não
84 estavam sendo desenvolvidas com a dimensão que merecia. Então essa
85 reestruturação vai gerar consequências, é um processo natural de ação e
86 reação, e vamos esperar para que seja feito o melhor pela sociedade, pelo
87 meio ambiente. Mas eu não podia deixar de passar o recado para os senhores
88 de que o Ministério Público vai continuar atuando e vai atuar de maneira mais
89 firme do que nunca.” Conselheiro Geraldo Antunes da Conceição: “Doutor
90 Mauro, o senhor realmente trouxe uma surpresa para o Instituto Ekos devido a
91 essa situação da publicação da composição das Câmaras Temáticas. Nós já
92 temos, formalizadas, ações contra a composição, e até hoje não tivemos
93 resposta. Também nós ficamos surpreendidos. Eu não sei qual é o interesse,
94 de quem quer que seja, para fazer uma composição ‘a ou b’. Mas pelo menos
95 o Instituto Ekos não foi convidado para, pelo menos, dar sua opinião para
96 poder apresentar uma proposta seja qual for. Realmente, é um fato estranho e
97 adverso da composição de uma câmara mais que temática que é a
98 composição desta Unidade Regional Colegiada. O Instituto não irá fazer
99 nenhum comentário, mas eu ressalvo uma situação também de que é uma
100 forma democrática ouvir as pessoas que estão aqui, pelo menos até hoje,
101 fazendo com que as deliberações administrativas sejam colocadas na mesa
102 de uma forma, pelo menos, respeitando as leis ambientais. Então a
103 indignação também é por parte do Instituto Ekos, e faço com que possamos
104 também trabalhar em cima da observação daquilo que é colocado de qualquer
105 impacto ambiental, seja de qualquer área que for. Eu sei que são várias
106 câmaras temáticas, e nós vamos acompanhar. Pertencendo a alguma câmara
107 ou não, continua o Instituto Ekos na sua precípua atuação de
108 acompanhamento para o devido cumprimento da legislação ambiental. Essa é
109 a primeira fala, e a segunda é desejar boas-vindas aos colegas conselheiros,
110 em nome aqui, com todo respeito, aos colegas conselheiros, para que sejam
111 bem-vindos a esta Câmara, embora nós tenhamos prazo determinado. Mas
112 qualquer que seja a nova composição, fica aqui a mensagem de que sejam
113 bem-vindos e de que possamos trabalhar. Obrigado a todos.” Conselheiro
114 Marco Antônio da Silva: “Eu também quero deixar registrada aqui, como
115 representante de uma ONG, representando a sociedade civil, a minha
116 indignação pela saída do Ministério Público. É um órgão fiscalizador, atuante
117 aqui no Conselho e que vai fazer falta. Na verdade, um conselho, para ser
118 arejado, realmente tem que ter todos os representantes. Só faltou tirar a
119 Polícia Ambiental e os demais órgãos. Se for para ter um Conselho para só
120 julgar os interesses das classes, então não interessa. Na verdade, eu deixo
121 registrada a minha indignação pela saída do Ministério Público nesta nova
122 composição.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “Eu,
123 sinceramente, me surpreendo com governos agirem como se não houvesse

124 amanhã. Esse ritmo imposto às instituições no Brasil por parte dos setores
125 econômicos, no caso aqui, em especial, a mineração, o governo aceitar isso,
126 eu considero um absurdo. Retirar dos conselhos ambientais o Ministério
127 Público, que cumpre o papel de poder moderador, vocês estão prejudicando a
128 República. A questão da democracia e do fortalecimento da participação da
129 sociedade tem que ser equilibrada, ou então levariam à última consequência:
130 indiquem só eles. Porque, quando se tira o Ministério Público, está correndo o
131 risco de amanhã tirar também em função dos posicionamentos. É como se
132 neste país só eles tivessem direito de definir. Nós corremos esse risco, hoje à
133 tarde, na URC Velhas. Se essa multa, esse auto de infração da Samarco, não
134 for aprovado, o COPAM está desmoralizado. Tem que tomar muito cuidado. A
135 pessoa tem o direito de fazer, é o direito legítimo da eleição, mas eu queria
136 ressaltar que, durante a campanha, o atual governador, em nenhum
137 momento, falou sobre essa visão. Falou sobre o fortalecimento da instituição
138 SEMAD, do IEF, do IGAM, falou sobre valorização dos funcionários, dos
139 servidores, e falou sobre fortalecimento das instâncias de deliberação. É em
140 torno disso que quem votou a favor ou contra votou. Na audiência pública na
141 Assembleia Legislativa que foi discutir a nova lei ambiental e a reestruturação
142 – porque não foram discutidas aqui, mas falou-se que lá era o lugar de se
143 discutir –, quem participou da audiência pública – que foi de 9h da manhã às
144 17h – viu que foi unânime. Porque quem silencia eu considero que concordou.
145 Ninguém foi lá, explicitamente, defender que o Ministério Público fosse
146 retirado. E todos os que não têm medo de falar o que defendem e no que
147 acreditam, claramente, defenderam a continuidade da Polícia Ambiental e a
148 continuidade do Ministério Público. As sombras estão ganhando, e isso tem
149 que ser levado em consideração. Agora, para a história, eu tenho certeza de
150 que vão perder. Eu participo do COPAM há 15 anos, e não esperava ver uma
151 atitude dessa. O Ministério Público é órgão público, inscrito na Constituição.
152 Não está se tratando de uma ONG, de uma entidade. Limites estão sendo
153 passados. Eu me solidarizo por tudo que o Ministério Público tem feito. E
154 depois não reclamem, o poder moderador participa aqui para que as questões
155 não sejam judicializadas; eles aceitam o resultado daqui. Eu lamento,
156 profundamente, esse caminho não vai acabar bem. Conselheiro Adenilson
157 Brito Ferreira: “Realmente, o projeto de lei retirava a Polícia Militar de Meio
158 Ambiente do Sisema e o nosso poder de fiscalização administrativa, mas eu
159 deixo aqui registrado o repúdio da Polícia Militar à retirada do Ministério
160 Público. Como bem disse o doutor Mauro, o órgão que nós temos aqui mais
161 atuante. E nós percebemos, na figura do doutor Mauro, a forma
162 compromissada como o Ministério Público faz isso aqui no COPAM. Então fica
163 registrado esse voto de repúdio.” Conselheiro Geraldo Antunes da Conceição:
164 “Eu queria deixar bem claro, como o meu colega Marco Antônio. Nós somos
165 representantes de duas ONGs que têm esses assentos aqui na Unidade
166 Regional Colegiada do Paraopeba. Me deixa muito triste dizer o seguinte: nós

167 temos, junto com o Ministério Público e também com a Polícia Militar
168 Ambiental, um entendimento, uma ótica talvez um pouco diferente de outros
169 colegas. Claro que não desrespeitando opiniões, demonstrações, pareceres
170 apresentados pelos demais colegas. Mas isso nos deixa muito estarecidos e
171 tristes, porque o governo do Estado está na contramão do que está
172 acontecendo. Nós estamos vendo aqui a população se manifestando aqui
173 com relação ao grave acidente de Mariana. No momento em que nós
174 deveríamos estar fortalecendo as instituições – dentre elas, o Ministério
175 Público, que, claro, é importante estar conosco –, está se fazendo um
176 esfacelamento, uma diminuição. De qual forma serão conduzidos os
177 processos administrativos para que nós estejamos dando à sociedade e à
178 comunidade a tranquilidade do cumprimento de um parecer técnico votado
179 seja em qualquer câmara técnica? Então para mim a tristeza e o repúdio com
180 relação à retirada do MP e à retirada de outras instituições. Eu não sei nem se
181 o Instituto Ekos estará, e eu estou falando aqui em relação a mim também,
182 porque é uma surpresa grande. Eu não sabia, e está se pedindo para fazer
183 contato e de que forma vai ser feita a comissão. O doutor Mauro trouxe um
184 fato aqui, e eu não sei se o Marco Antônio tem essa ciência já, mas eu não
185 tenho, o Instituto não tem, embora tenha formalizado o pedido para apresentar
186 de que forma vai ser apresentada a composição das câmaras. Agora, nós
187 temos um fato já fechado, o doutor Mauro nos trouxe a notícia. É mais uma
188 surpresa, mais uma situação daquela da noite para o dia. Então a indignação
189 e o repúdio pela retirada de qualquer que seja a entidade em defesa do meio
190 ambiente, como todas aqui são, mas, explicitamente, eu quero citar a Arpa, o
191 Ibama, a Polícia Militar Ambiental, o Ministério Público e também o Instituto
192 Ekos. É claro que nós respeitamos todas as demais, e também eu não sei
193 qual a posição do Estado, mas isso nos dá muita intranquilidade. Em respeito
194 à população que vem aqui pedir o nosso apoio, eu acho que, no mínimo, o
195 governo do Estado deveria ter nos consultado, pelo menos, os 21
196 componentes desta mesa. Porque fica uma situação de indignação. Nós
197 sentados aqui agora, votando, deliberando atos administrativos sem saber o
198 que vai acontecer amanhã? De que forma fica a situação? Fica meio
199 estranha, e parece uma situação um pouco perigosa. Mas a indignação está
200 registrada quanto à saída do MP, já declarada, e eu não sei se o Instituto
201 Ekos estará também. Mas, estando ou não, nós continuaremos da mesma
202 forma.” Conselheiro Marco Antônio da Silva: “Eu também quero deixar
203 registrado que vou levar a questão para a diretoria da ONG, e nós vamos
204 analisar a conveniência ou não de continuar no Conselho, porque nós vamos
205 ser sempre a minoria aqui. E por ser trabalho voluntário, certamente, nós não
206 temos a estrutura que tem o MP e outros órgãos de fiscalização para
207 acompanhar os processos de licenciamento. E na verdade nós vamos cumprir
208 essa participação aqui neste período, e, na nova composição do Conselho, a
209 Arpa, a Associação Regional de Proteção Ambiental do Alto Paraopeba e do

210 Vale do Piranga, vai analisar a conveniência ou não de participar. Porque nós
211 não vamos estar aqui nunca para regularizar ou dar aval para licenciamento
212 sempre sendo a minoria e não estando estruturados, realmente, para competir
213 com as demais classes que estão aqui representadas.” Geraldo Vitor de
214 Abreu, subsecretário de Regularização Ambiental: “Eu só queria fazer um
215 esclarecimento. Primeiro, que a legislação trouxe algumas alterações no
216 modelo de licenciamento no Estado de Minas Gerais, e na composição do
217 Conselho é importante dizer que o Ministério Público não foi excluído, o
218 Ministério Público tem cadeira no Conselho. Tem cadeira no COPAM, na CNR
219 e nas URCs. Nós alteramos o modelo do licenciamento e o fluxo dos
220 processos. E cabe lembrar que nenhum conselho estadual nem o Conama
221 submete processos aos conselheiros. Apenas Minas Gerais fazia isso. Hoje,
222 nós alteramos o modelo do licenciamento para composição de câmaras
223 técnicas que tratarão de procedimentos de licenciamentos classes 5 e 6; e os
224 procedimentos classes 3 e 4 nós remetemos ao superintendente. Foi o
225 modelo do licenciamento, não houve exclusão de nenhuma entidade do
226 COPAM. É importante registrar isso. E mais: até no Conselho Nacional do
227 Meio Ambiente o Ministério Público tem uma cadeira sem direito a voto. E vou
228 mais além: para além do licenciamento, que na minha opinião é uma
229 manifestação técnica e jurídica do poder concedente – respeito quem tem
230 opinião diferente –, nós temos as normas, essas, sim, que são fundamentais,
231 e há muito tempo eu não vejo o Conselho Estadual de Política Ambiental se
232 debruçar sobre as normas. Nós temos uma DN 74, que é de 2004. Nós
233 vivenciamos no licenciamento no dia a dia uma necessidade de atualizarmos
234 a DN 74. O Conselho Nacional de Meio Ambiente está atualizando a
235 Resolução nº 1/86 e a 237/97. E o nosso Conselho ainda não se organizou
236 para preparar o debate sobre a classificação, os procedimentos do
237 licenciamento no Estado. Eu acho que nós temos tarefas muito importantes e
238 nobres para o Conselho e acho fundamental que as entidades possam
239 participar, se manifestar e ajudar a decidir os novos procedimentos e normas
240 que regularão o licenciamento. Para muito além do processo de um posto de
241 gasolina, mas de normas que possam orientar os nossos técnicos e fazer com
242 que o licenciamento no Estado seja um licenciamento mais transparente, mais
243 claro para a sociedade, em que o empreendedor saiba que vai entrar hoje
244 com o processo e saiba quando ele vai sair. Porque aqui nós nunca sabemos,
245 os procedimentos são sempre difíceis dentro da Secretaria. E nós estamos
246 buscando construir uma nova estrutura, uma estrutura que permita que os
247 fluxos ocorram, que os procedimentos sejam considerados. E faço também
248 aqui uma manifestação de quem está desde 2015 nesta Secretaria. Nós
249 temos tido procedimentos aqui neste Conselho, e hoje teremos alguns, que
250 trazem contrárias a empreendimentos, manifestações de arquivamento de
251 grandes empreendimentos no Estado, embargos de grandes empresas neste
252 Estado, que faziam de conta que licenciavam. Porque quando nós vamos

253 verificar, no concreto, os processos são horríveis. É preciso que nós nos
254 organizemos como Estado e como Conselho e que o setor empresarial
255 também se organize para trazer processos que sejam passíveis de uma
256 análise técnica decente. Porque muitas vezes o que eu vejo aqui são
257 processos que chegam para os nossos técnicos terem que arrumar, para que
258 ao final os empreendimentos tenham alguma chance de evoluir. Então nós
259 estamos fazendo uma grande concertação nesta agenda ambiental do Estado
260 de Minas Gerais, e esse é um desafio que o Estado trouxe para si e que nós
261 vamos conduzir. Imperfeições vão ocorrer, certamente, nós não estamos aqui
262 querendo dizer que nós não corremos o risco de errar. Mas podem ter certeza
263 de que o Estado está se movimentando para acertar e para trazer
264 procedimentos ao licenciamento que deixem claro e transparente a toda a
265 sociedade os atos que nós iremos adotar deste período para a frente.”

266 Conselheira Ubaldina Maria da Costa Isaac: “Eu concordo com os colegas,
267 será uma perda a saída do Ministério Público. Eu entendo que o Ministério
268 Público presente é uma porta para a sociedade para ter mais transparência,
269 inclusive, do processo de licenciamento. É lógico, a equipe técnica é muito
270 boa, nós não estamos aqui questionando os pareceres da equipe técnica, mas
271 é uma porta a mais para que a sociedade tenha conhecimento e se posicione.
272 Então eu acho que é uma perda, sim, significativa para o Conselho.”

273 Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Só esclarecer, e precisamos deixar
274 bem claro isso: é muito diferente a manutenção meramente formal do
275 Ministério Público, para dar uma aparência de legitimidade, de um
276 procedimento do qual o Ministério Público foi alijado – essa é a palavra – de
277 participação. O Ministério Público não se manifesta mais diretamente nos
278 procedimentos classes 3 e 4, que vão ser definidos diretamente pela Supram,
279 nem nas Câmaras Técnicas, que vão deliberar os de classes 5 e 6, e não só
280 postos de gasolina, mas empreendimentos de extremo, alto, gigantesco
281 impacto ambiental. Então refaço o questionamento: a quem interessa a
282 retirada do Ministério Público dessas Câmaras Temáticas? Eu acho que todos
283 nós sabemos a resposta, apesar de não termos a coragem de declarar
284 expressamente no microfone. Então senhores, ‘colar pena verde num gato
285 não faz dele um papagaio’, manter o Ministério Público em instâncias em que
286 não vai ter poder de deliberação não significa participação efetiva do
287 Ministério Público nos procedimentos de licenciamento ambiental.”

288 Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “Só a título de
289 esclarecer, doutor Geraldinho, eu agradeço o senhor por ter se manifestado,
290 porque eu gosto de debater com quem fala. Eu tenho pavor de quem fica
291 calado por trás, é uma prática menor. Queria esclarecer apenas: o senhor
292 citou uma questão importantíssima, a DN 74, a reformulação das normas, o
293 que é necessário. Eu queria apenas lembrar que essa iniciativa cabe ao
294 governo. Eu me lembro de que, no último um ano e meio, nós da Fetaemg,
295 junto com a Faemg e a Emater, temos nos empenhado em fazer esse debate

296 da formulação da DN 74 no tocante à agricultura. É só agora depois da
297 audiência pública na Assembleia que parece que o caminho foi um pouco
298 mais aberto ao nível da SEMAD. E nós estamos com esperança. Nós
299 queremos participar nessa perspectiva que o doutor Mauro falou, no sentido
300 de a participação ter uma consequência positiva, que não necessariamente é
301 aquilo que você defende. Nós estamos falando é do processo que leva a isso.
302 E nesse ‘gato com pena de papagaio’ que o doutor Mauro falou, não tem jeito
303 de esconder isso. O momento mais importante do procedimento do
304 licenciamento é exatamente o momento do qual o Ministério Público foi
305 afastado. É evidente, todo mundo sabe isso. Então eu reafirmo o meu
306 entendimento de que é uma perda, um equívoco, que tem muita coisa a ser
307 mudada. Foi citada uma aqui: a qualidade da maioria dos estudos ambientais
308 que orientam os processos que são protocolizados no órgão ambiental é de
309 chorar. Não se pode colocar a culpa em servidor. Eu acho que tinha que ter
310 uma determinação de que não cabe ao servidor ficar consertando coisa
311 errada, coisa incompleta. O governo, o poder público, não é poder subsidiário
312 de empresa privada. Se não está bom, devolve. Quem sabe um dia acerta.
313 Então nós concordamos com o que o senhor fala de que há necessidade de
314 formulação, sim. Não é possível a agricultura ter a mesma metodologia que a
315 indústria, não é possível considerar e gastar o mesmo esforço num
316 empreendimento de baixo impacto vis-à-vis um empreendimento de grande
317 impacto. Isso tem que ser sanado. As equipes são poucas, pequenas, mas,
318 faço questão de ressaltar, de qualidade. Tem que mudar. Agora, não pode
319 mudar pelo caminho errado, Geraldinho, o problema é esse. Piora.”
320 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu quero apenas me reportar às
321 palavras do Eduardo, quando ele fala do esforço que a Faemg, a Fetaemg e a
322 Emater têm feito para buscar um caminho, junto ao órgão ambiental, de
323 revisão do modelo de licenciamento da agricultura. Se o camarada quer
324 plantar 30 hectares de milho, nós não podemos submetê-lo à mesma
325 burocracia que tem uma mineração ou mesmo uma indústria. Presidente e
326 demais conselheiros, pessoalmente, eu estou preocupadíssimo com o fato de
327 que todas as entidades que trabalham com essa questão do Cadastro
328 Ambiental Rural entendem que é um documento importante para o meio
329 ambiente natural, mas a nossa Secretaria de Meio Ambiente, até agora, não
330 fez um movimento para reconhecer o Cadastro Ambiental Rural. Nós vamos
331 continuar tentando conversar para ver se melhoram as coisas.” **4) EXAME DA**
332 **ATA DA 94ª REUNIÃO, DE 19/2/2016.** Aprovada por unanimidade a ata da
333 94ª reunião da URC Rio Paraopeba, realizada em 19 de fevereiro de 2016,
334 com abstenção da conselheira Cíntia Garabini Lages. **5) PROCESSO**
335 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE**
336 **OPERAÇÃO. 5.1) Ical Energética Ltda. Fazenda do Tronco. Aeroportos,**
337 **criação de equinos, muares, ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos**
338 **de corte, criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalo de corte**

339 **extensivo, cultura de cana-de-açúcar com queima e produção de carvão**
340 **vegetal oriundo de floresta nativa; silvicultura. Felixlândia/MG. PA**
341 **01467/2007/004/2014. Classe 5. Apresentação: Supram Central**
342 **Metropolitana. Retorno de vista: conselheiros Marco Aurélio Moreira,**
343 **Geraldo Antunes da Conceição, Carlos Alberto Santos Oliveira, Paula**
344 **Meireles Aguiar e Sônia Maria Costa Greco.** Revalidação indeferida por
345 unanimidade nos termos do Parecer Único, com abstenções dos conselheiros
346 Marco Aurélio Moreira, Ênio Resende de Souza, Ana Lúcia Guará Bezerra,
347 Carlos Alberto Santos Oliveira, Sônia Maria Costa Greco e Geraldo Antunes
348 da Conceição. Foram registrados elogios ao trabalho da equipe técnica da
349 Supram. Conselheiro Marco Aurélio Moreira: “É um processo extremamente
350 complexo, mas eu quero aqui registrar a presteza, a boa vontade e a
351 qualidade da equipe técnica da Supram.” Conselheiro Mauro da Fonseca
352 Ellovitch: “Eu quero deixar aqui registrado o meu elogio pela qualidade técnica
353 não só deste parecer, mas de todos que estão constando nas pautas tanto da
354 manhã quanto da tarde. Vemos uma evolução gigantesca do trabalho da
355 equipe técnica da Supram, pareceres bem fundamentados, citação de
356 doutrinas, jurisprudências, estudos técnicos. Então eu não poderia deixar
357 passar sem registrar esse elogio.” Presidente André Luis Ruas: “Até em nome
358 da SEMAD e dos nossos colegas da Supram Central, eu gostaria de
359 agradecer ao conselheiro Marco Aurélio e ao conselheiro Mauro pelos elogios
360 à equipe da Supram.” Conselheira Sônia Maria Costa Greco: “Da mesma
361 forma, eu também parablenizo a equipe técnica da Supram pelo parecer de
362 excelente qualidade.” **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
363 **LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO.**
364 **6.1) MIB - Mineração Ibirité Ltda. Lavra a céu aberto com tratamento a**
365 **úmido, minério de ferro, pilhas de rejeito/estéril. Brumadinho/MG. PA**
366 **00437/2007/013/2014; DNPM 830.476/1986. Classe 5. Apresentação:**
367 **Supram Central Metropolitana.** Processo retirado de pauta com pedido de
368 vista do conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento e vista conjunta
369 solicitada pelos conselheiros Francisco de Assis Lafetá Couto, Sônia Maria
370 Costa Greco e Antônio Sérgio dos Santos Vieira. Em seu pedido de vista, o
371 conselheiro representante da Fetaemg solicitou, e foi acatado pela
372 Presidência, a realização de uma reunião entre os conselheiros interessados,
373 o empreendedor, a Supram e representantes da comunidade, em local a ser
374 definido pela comunidade. O processo deverá retornar à pauta na próxima
375 reunião da URC Rio Paraopeba. **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**
376 **EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA. 7.1) Distrito**
377 **Industrial PIB Betim - Distrito industrial e zona estritamente industrial;**
378 **interceptores, emissários, elevatórias e reversão de esgoto; contorno**
379 **rodoviário de cidades com população superior a 100.000 habitantes ou**
380 **sistemas viários de regiões metropolitanas ou áreas conturbadas.**
381 **Betim/MG. PA 17566/2010/001/2014, Classe 5. Apresentação: Supram**

382 **Central Metropolitana.** Processo retirado de pauta com pedido de vista do
383 conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch e vista conjunta solicitada pelos
384 conselheiros Geraldo Antunes da Conceição e Carlos Alberto Santos Oliveira.
385 **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE PRORROGAÇÃO DE**
386 **PRAZO DE VALIDADE DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM**
387 **LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 8.1) Frigobet - Frigorífico Industrial de Betim**
388 **Ltda. Abate de animais de médio e grande porte (suínos, ovinos,**
389 **caprinos, bovinos, equinos, bubalinos, muares etc.) Betim/MG. PA**
390 **00042/1984/013/2011. Classe 5. Apresentação: Supram Central**
391 **Metropolitana.** Processo retirado de pauta com pedido de vista do
392 conselheiro Geraldo Antunes da Conceição. **9) ENCERRAMENTO.** Não
393 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente André Luis Ruas
394 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

395

396

APROVAÇÃO DA ATA

397

398

399

Presidente André Luis Ruas